

BRASIL
PARTICIPATIVO
UM PAIS COM A CARA DO SEU POVO



MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

3º Tri

Outubro | 2023

Relatório de Atividades

Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO

Ministra do Planejamento e Orçamento

Simone Nassar Tebet

Secretário-Executivo

Gustavo José de Guimarães e Souza

Secretário-Executivo Adjunto

Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira

Secretária Nacional de Planejamento

Leany Barreiro de Sousa Lemos

Secretário de Orçamento Federal

Paulo Roberto Simão Bijos

Secretária de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

Renata Vargas Amaral

Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

Sergio Pinheiro Firpo

Secretário de Articulação Institucional

João Victor Villaverde de Almeida

Consolidação e Revisão

Erika Melissa Oliveira França Nassar

Juliana Damasceno de Sousa

Marcus Thulio Rocha Bezerra

Priscilla Rosa Pimentel Sganzerla

Estagiária de arte: Rayane Amorim

Foto de Capa: 30.08.2023 - Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante o III Fórum Interconselhos, no Palácio do Planalto. Brasília - DF – Ricardo Stuckert / PR

Arte

Projeto gráfico e arte: Viviane Barros

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Ministério do Planejamento e Orçamento

gov.br/planejamento



Brasil. Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministério do Planejamento e Orçamento: relatório trimestral [recurso eletrônico] / Ministério do Planejamento e Orçamento. – Brasília: MPO, 2023.

v.3 (44 p.): il., fotos, color.

1. Planejamento e Orçamento. 2. Administração Pública. 3. Relatório. I. Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO).

Planejamento e Orçamento. 2. Administração Pública. 3. Relatório. I. Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO).

CDD 351

Ficha catalográfica elaborada por Andréa de Mello Sampaio - CRB-1/1650

Sumário

1. Destaques	6
2. Diagnóstico.....	7
3. Governança	9
4. Orçamento	11
5. Planejamento	21
6. Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	27
7. Assuntos Internacionais e Desenvolvimento	32
8. Articulação Institucional	39
9. Dados e Pesquisa.....	40

Carta da Ministra

Em sintonia com os princípios da transparência e da responsabilidade, tão caros a qualquer governo democrático, apresentamos o 3º Relatório Trimestral do MPO.

No período em questão, concluímos a elaboração das duas peças orçamentárias que dão identidade ao governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e avançamos com os esforços para construir políticas públicas cada dia melhores, rumo ao futuro que sonhamos e merecemos. A cada passo dado, a busca pela responsabilidade fiscal com compromisso social se materializando em desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida da população: pilares indispensáveis para melhoria das condições macroeconômicas.

Concluímos a entrega do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 ao Congresso Nacional em 30 de agosto com números que honram e reafirmam nosso compromisso com o amanhã. Um verdadeiro governo ouve suas pessoas para traçar as rotas rumo a sua visão de futuro. Encontramos presencialmente mais de 34 mil participantes nas plenárias das 27 Unidades da Federação, enquanto mais de 4 mil servidores participavam das 125 oficinas de trabalho. A plataforma Brasil Participativo atingiu 4.087.540 acessos, 1.419.729 participantes e 8.254 propostas. O PPA mais participativo de todos os tempos mostra que o Brasil voltou a sonhar. E fez isso de forma planejada: cinco agendas transversais, seis agendas prioritárias e sete indicadores-chave nacionais, com suas respectivas metas.

Sob três regras diferentes (o teto de gastos, a PEC da transição e o novo Regime Fiscal Sustentável), enviamos ao Congresso o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2024 – uma missão complexa, mas equilibrada. Além de preservar gastos sociais importantes, os pisos constitucionais de Saúde e Educação serão retomados, permitindo a oferta de serviços essenciais à população e reforçando nossa vigilância com políticas públicas eficientes. Além disso, apresentamos o Orçamento Cidadão do PLOA 2024, trazendo para a sociedade uma versão descomplicada da proposta orçamentária, com aprimoramentos voltados a um texto mais simples e acessível, facilitando o acompanhamento dos recursos a cada ano. Inovamos também ao incluir informações sobre Agendas Transversais e Multissetoriais no PLOA 2024, fornecendo um panorama abrangente e integrado das políticas públicas em execução.

Avançando no compromisso com a consolidação fiscal, promovemos o 1º Seminário de Avaliação e Melhoria do Gasto Público, focado na primeira fase da Reforma Tributária, e estabelecemos o Grupo de Trabalho de Revisão de Gastos Federais, para a melhoria da qualidade e do controle orçamentário. Paralelamente, lançamos boletins repaginados para comunicar de maneira acessível os resultados prévios de avaliações do CMAP.

Na área internacional, até o fim de setembro, quitamos aproximadamente R\$ 2,15 bilhões em compromissos internacionais, acelerando a retomada do Brasil como ator-chave na arena internacional. Para maior transparência, propusemos uma reclassificação das despesas resultantes de compromissos firmados pelo País por meio de tratados internacionais no PLOA-2024. Na COFIEX, aprovamos quase US\$ 5,6 bilhões nas três reuniões realizadas até este momento em projetos de investimentos, beneficiando todas as regiões do país – como o programa Pró-Amazônia, que viabilizará R\$ 4,5 bilhões em crédito para MEIs/MPMEs da região. Na Cúpula da Amazônia, realizada em Belém, firmamos nosso apoio para a criação da Coalizão Verde, uma aliança internacional pioneira para promoção do desenvolvimento sustentável na região, com 19 instituições financeiras capitaneadas pelo BNDES e BID.

No âmbito do Subcomitê de Integração e Desenvolvimento Sul-Americano, após uma escuta ativa junto aos 11 estados brasileiros que fazem fronteira com vizinhos sul-americanos, estamos produzindo um relatório parcial, com as oportunidades e desafios para a integração regional, a ser submetido ao Comitê Ministerial de Governança do MPO (CMG/MPO).

Destaca-se também que o CMG/MPO aprovou em setembro o Programa Integridade Planejada, demonstrando nosso compromisso com a integridade e a ética na gestão pública. Seguindo o espírito de união que queremos para o nosso país, a concepção do programa inovou ao agregar os órgãos vinculados (Ipea e IBGE) dentro de uma mesma estratégia.

Nesse 3º trimestre, demos as boas-vindas ao economista Márcio Pochmann, que assumiu a Presidência do IBGE e, junto ao Ipea, tem a relevante missão de contribuir com o MPO nos estudos e pesquisas de acompanhamento da conjuntura socioeconômica do país. Prestes a completar 60 anos, o Ipea apresentou sua agenda estratégica 2024-2026, com seu planejamento de médio e longo prazo para pesquisas e inserção internacional da instituição.

Nos últimos meses, a equipe do Ministério do Planejamento e Orçamento, bem como todo o governo, estiveram empenhados no plantio da esperança. Sonhamos com um país que erradique a miséria, reduza a desigualdade, proteja o meio ambiente, promova a equidade de gênero e celebre a diversidade étnica. Nossa visão é de um Brasil conectado ao mundo, responsável tanto social quanto fiscalmente, focado na educação e na saúde, sem jamais se distanciar da paz. Recuperando nossa capacidade de planejar junto a todos, estamos aptos para cobrar e moldar o futuro que desejamos como nunca vimos antes.

Boa leitura,

Simone Tebet

Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento

1. Destaques

<p>Grupo de trabalho de Revisão de Gastos Federais</p>  <p>Melhoria da qualidade e do controle orçamentário</p>	<p>Lançamento do Integridade Planejada</p>  <p>Programa de Integridade conjunto: MPO, Ipea e IBGE</p>
<p>PPA 2024-2027</p> <p>R\$ 13,3 <small>trilhões</small> estimados</p>  <p>5 Agendas Transversais 6 Prioridades de Governo</p>	<p>Novos decretos de Programação Orçamentária e Financeira</p> 
<p>Regularização de Pagamentos a Organismos Internacionais</p>  <p>R\$ 2,15 bilhões quitados até setembro/2023</p>	<p>PLOA 2024</p> <p>R\$ 5,54 trilhões</p> <p>Mínimo da Educação aumento de R\$ 8,5 bilhões Mínimo da Saúde aumento de R\$ 50,3 bilhões</p> 
<p>Aumento real para o salário mínimo</p>  <p>R\$ 1.421</p>	<p>Foram consultados 11 estados brasileiros de fronteira para integração Sul-Americana</p>  <p>Subcomitê de Integração e Desenvolvimento Sul-Americano</p>

Elaboração: SE/MPO

2. Diagnóstico

A atividade econômica brasileira continua apresentando bons resultados neste ano, apesar do aumento das incertezas globais, principalmente nos países emergentes. A divulgação dos indicadores do PIB IHU no segundo trimestre mostrou crescimento de 0,9%, surpreendendo, mais uma vez positivamente, as expectativas de mercado – semelhante ao ocorrido no começo deste ano. Os números melhores da economia brasileira foram disseminados, abrangendo todos os componentes do PIB na ótica da demanda, sobretudo o consumo das famílias. Pelo lado da oferta, deve-se ressaltar o aumento na atividade de todos os setores da indústria e dos serviços – excetuando a retomada da crise em 2020, algo que só acontecera em 2010. Destacou-se também a elevação da indústria extrativa e a continuidade do crescimento do setor de serviços, que aumentou pelo 12º trimestre consecutivo. Dessa forma, mesmo se não houver elevação da atividade nos dois últimos trimestres de 2023, a ampliação do PIB brasileiro será de 3,0%, superando as expectativas iniciais do início deste ano, que indicavam variação de 0,8%.

As boas notícias também são observadas no mercado de trabalho. A taxa de desemprego caiu para o menor patamar para o mês de agosto desde 2014, atingindo o nível de 7,8% em agosto. Dessa forma, a taxa de desocupação permanece na sua trajetória de queda ao longo do ano. Atualmente, o número de trabalhadores é de quase 100 milhões, marca histórica para o mercado de trabalho. Conseqüentemente, observa-se forte redução do número de trabalhadores desalentados e subocupados. No mercado formal, foram abertas mais de 1,39 milhão de vagas com carteira assinada, de janeiro a agosto, conforme dados do CAGED/MTE¹. No Brasil, o total de trabalhadores com carteira assinada é de 43,83 milhões de trabalhadores.

Ademais, configura-se um panorama positivo para o controle da inflação, com um cenário de desinflação. Houve menor pressão nos preços dos serviços e de muitos bens industriais. No entanto, salienta-se a significativa deflação dos produtos alimentícios. A queda do preço dos alimentos e da cesta básica garantem maior poder de compra para os brasileiros, sobretudo a população mais pobre. A melhora dos preços dos produtos agropecuários ocorre,

¹ http://pdet.mte.gov.br/images/Novo_CAGED/2023/202308/1-sumarioexecutivo.pdf

em grande medida, graças à produção agrícola recorde. Em relação à parte relevante dos demais produtos, essa queda relaciona-se com a política monetária austera, aliando medidas que geram maior credibilidade fiscal.

Embora se observem boas notícias econômicas ao longo deste ano, há muito a ser feito. É necessário aprofundar as reformas microeconômicas, garantindo um ambiente fiscalmente sustentável. Dessa forma, o maior crescimento de longo prazo da economia brasileira, conforme ressaltado nos relatórios anteriores, passa pela ampliação do investimento e da promoção da melhoria do ambiente de negócios.

A reforma tributária é determinante para esse fim, pois permitirá a redução das distorções do sistema produtivo, a simplificação da extensa legislação tributária brasileira e a diminuição do contencioso tributário. A aprovação da [PEC nº 45/2019](#) na Câmara dos Deputados nos deu a certeza de que podemos seguir adiante na aprovação de importante marco tributário da história do nosso País, que está sendo analisado agora no Senado Federal. Essa iniciativa irá tornar a base da cobrança dos tributos mais abrangente e justa, permitindo alíquota mais baixa para toda a população brasileira e reduzindo os benefícios tributários que privilegiam apenas determinados setores da nossa sociedade.

Por fim, salientamos que outro pilar essencial ao crescimento sustentável com inclusão social é o equilíbrio dos gastos públicos. O aprimoramento constante da ligação entre o planejamento, avaliação das políticas e a orçamentação, que nos aproxima das economias mais avançadas e prósperas, é a contribuição do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) para essa finalidade. Importantes ferramentas da construção contínua de um orçamento mais moderno, eficiente e equilibrado estão em curso dentro deste Ministério: o lançamento do PPA 2024-2027, que reforça a capacidade de planejamento do Estado brasileiro; a instituição do Grupo de Trabalho de Revisão de Gastos Federais, que atua na melhoria da qualidade e do controle orçamentário e várias outras que estão em andamento e serão apresentadas brevemente.

Em resumo, o compromisso do Ministério do Planejamento e Orçamento com a otimização dos gastos públicos é fundamental para construirmos um futuro mais próspero e inclusivo para todos os brasileiros.

3. Governança

Comitê Ministerial de Governança aprova Programa de Integridade

Em mais uma etapa de reestruturação das instâncias de governança do MPO, o Comitê Ministerial de Governança – CMG aprovou em sua [2ª reunião](#) o Integridade Planejada, documento que oficializa o Programa de Integridade conjunto do MPO e suas vinculadas Ipea e IBGE. As discussões havidas no [Subcomitê de Gestão de Riscos, Transparência, Controle e Integridade – SRTCI](#) resultaram na confecção do Programa. A sua aprovação pelo CMG ocorreu em processo deliberativo eletrônico entre 4 e 6 de setembro, em linha com o cronograma indicado na [2ª Edição do Relatório Trimestral do MPO](#). O Lançamento do [Programa Integridade Planejada](#) ocorreu no dia 27 de setembro de 2023, com participação da Ministra Simone Tebet, do Ministro da CGU, Vinícius Carvalho, da Presidente Substituta do IBGE, Flavia Vinhaes Santos, e da Presidente do IPEA, Luciana Servo. Na ocasião, a Presidente do SRTCI, Patrícia Oliveira, realçou a construção colaborativa do Programa, que busca otimizar os esforços e promover maior integração para troca de informações e operacionalização de ações de integridade entre os três órgãos. Com a implementação do Integridade Planejada, espera-se promover, com base em evidências, uma cultura organizacional ética, que reflita a priorização do interesse público sobre o privado, voltada à entrega de valor público à sociedade.

[Foi aprovado, ainda, em 28 de setembro](#), a Política de Gestão de Riscos do MPO, por meio de Resolução [SRTCI nº 1/2023](#), com objetivo identificar, avaliar e gerenciar potenciais eventos que possam afetar a organização, fornecendo segurança razoável quanto ao cumprimento de sua missão e ao alcance dos seus objetivos. A política será implementada de forma sistemática e estruturada, pautada pela transparência, devendo auxiliar o processo decisório, em aderência ao planejamento estratégico do MPO.

As deliberações do CMG e de seus colegiados podem ser encontradas em [link](#) próprio do sítio eletrônico do MPO.

Transparência

O MPO acredita no acesso à informação como um instrumento de transparência, integridade, governança e controle social, tendo respondido todas as solicitações de informação em prazos cada vez menores.

De janeiro a setembro de 2023, o MPO recebeu 131 solicitações de informação no âmbito da Lei de Acesso à Informação – LAI e 100% delas foram respondidas dentro do prazo definido pela Lei. O tempo médio de resposta do MPO neste período foi de 10,85 dias, enquanto a média registrada para os demais órgãos acompanhados pela CGU foi de 12,02 dias. Se considerarmos somente o segundo trimestre de 2023, houve uma redução no tempo de resposta, que passou a ser menor que 10 dias (9,14 dias), enquanto a média nos demais órgãos foi de 12,06 dias².

² Consulta feita a partir do painel de Lei de Acesso à Informação da Controladoria-Geral da União – CGU.

4. Orçamento

Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2024

O governo enviou ao Congresso Nacional, em 31/08, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), [PLN nº 29, de 2023](#), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024, no valor de R\$ 5,54 trilhões³, em linha com o Regime Fiscal Sustentável, ou novo arcabouço fiscal, sancionado na véspera ([Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023](#)).

O PLOA é elaborado pelo Poder Executivo e proposto até 31 de agosto do ano anterior ao de sua vigência. Apresenta a programação dos gastos governamentais, bem como a previsão das receitas para custear esses gastos. Trata-se de um único documento, constituído por três partes: o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais.

O PLOA 2024 representou um grande desafio ao MPO em razão da necessidade de compatibilizar as inovações do Regime Fiscal Sustentável recém-sancionado com o calendário constitucional de entrega do PLOA, mas cumprido com êxito. O PLOA preserva e expande gastos em áreas sociais importantes, como saúde e educação, prevê espaço maior para investimentos públicos e traz um aumento real para o salário mínimo (de quase 3%, passando dos atuais R\$ 1.320 para R\$ 1.421). Ao mesmo tempo, projeta resultado primário neutro, em linha com a responsabilidade fiscal.

Projeções econômicas para 2024

R\$ 1.421,00	3,3%	2,3%	R\$ 5,02	9,8 pp
Salário mínimo	Inflação (IPCA)	PIB	Câmbio	Juros

Fonte: [Orçamento cidadão: projeto de lei orçamentária anual 2024](#). Secretaria de Orçamento Federal/MPO, 2023.

³ O Projeto de Lei “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024, no valor de R\$ 5.543.226.083.801,00 (cinco trilhões quinhentos e quarenta e três bilhões duzentos e vinte e seis milhões oitenta e três mil e oitocentos e um reais), sendo R\$ 5.391.886.766.414,00 (cinco trilhões trezentos e noventa e um bilhões oitocentos e oitenta e seis milhões setecentos e sessenta e seis mil quatrocentos e quatorze) dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e R\$ 151.339.317.387,00 (cento e cinquenta e um bilhões trezentos e trinta e nove milhões trezentos e dezessete mil e trezentos e oitenta e sete reais) do Orçamento de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto, conforme estabelece o § 5º do art. 165 da Constituição, acompanhado da correspondente Mensagem de encaminhamento ao Congresso Nacional” ([EM nº 00059/2023](#) MPO).

Orçamento Cidadão PLOA 2024

Entregue anualmente no final de agosto, juntamente ao PLOA, o [Orçamento Cidadão relativo ao PLOA 2024](#) apresenta, de forma descomplicada, os elementos mais relevantes que nortearam a elaboração do projeto de lei: as regras fiscais contempladas, o cenário econômico considerado, os valores destinados a cada área, o processo de elaboração, aprovação, execução e controle do orçamento público, as receitas que o governo prevê arrecadar e a forma como pretende gastar o que foi arrecadado.

Pela primeira vez, o MPO publicará também o Orçamento Cidadão relativo ao Orçamento aprovado pelo Poder Legislativo e sancionado pelo Presidente da República: a Lei Orçamentária Anual – LOA. A iniciativa é um avanço em comparação à prática, desde 2010, de se divulgar o orçamento cidadão com base na Proposta de Lei Orçamentária Anual – PLOA.

A iniciativa está em linha com a transparência orçamentária, entendida como conjunto de iniciativas e práticas que têm como principal objetivo tornar disponíveis, de maneira oportuna, clara, compreensível e sistemática, as informações orçamentárias relevantes a todas as pessoas interessadas em finanças públicas. O Orçamento Cidadão contribui, assim, para a preservação e o atendimento dos princípios de publicidade e clareza estabelecidos na Constituição Federal.

Além do [Relatório](#), as informações do Orçamento Cidadão – PLOA 2024 são oferecidas em versão digital por meio do ícone pelo [Painel do Orçamento Federal](#) ou diretamente na página do [Orçamento Cidadão Digital](#).

Mínimos constitucionais de Saúde e Educação e Piso do Investimento

O PLOA 2024 reflete o equilíbrio entre a responsabilidade fiscal e o compromisso social do governo. Programas sociais seguem sendo recompostos, os pisos constitucionais de saúde e educação voltaram a ser cumpridos – o mínimo da Saúde aumentou em R\$ 50,3 bilhões, para R\$ 218,4 bilhões, e o da Educação avançou em R\$ 8,5 bilhões, para R\$ 108,4 bilhões. O piso do investimento, por sua vez, subirá 6% em comparação com 2023, para R\$ 69,7 bilhões – valor que inclui R\$ 56,8 bilhões relacionados ao Novo PAC. Ao todo esse programa de investimentos do governo terá R\$ 61,7 bilhões.

Destaques Projeto de Lei Orçamentária Anual 2024

Destaques

R\$ bilhões

Mínimo da Saúde
168,1 **218,4** **+50,3**
 2023 2024 +30%

Mínimo da Educação
99,9 **108,4** **+8,5**
 2023 2024 +8%

Piso de Investimentos

65,8 **69,7** **+3,9**
 2023* 2024** +6%

Emendas Impositivas

28,9 **37,6** **+8,7**
 2023 2024 +14%

Programa de Aceleração do Crescimento

61,7 dos quais **56,8** dentro do piso de investimentos

*Não considera investimentos com emendas impositivas, no valor de R\$ 13,5 bilhões. Valor total 2023: R\$ 79,3 bilhões.
 ** R\$ 1,2 bilhão acima do piso de 0,6% do PIB (R\$ 68,5 bilhões).

Nota: Nas referências à 2023, foi considerada a Dotação Atual (Posição de 29/08/2023)

Fonte: [Coletiva de Imprensa PLOA 2024](#). Secretaria de Orçamento Federal/MPO, 2023.

Orçamento por Ministérios PLOA 2024

Abaixo apresenta-se a distribuição dos Orçamentos Fiscal e Seguridade Social por Órgão da Administração Pública Federal no PLOA 2024.

Orçamento por Ministérios – Projeto de Lei Orçamentária Anual 2024

Orçamento por Ministérios

 R\$ 4,4 bilhões Advocacia-Geral da União	 R\$ 1,3 bilhão Controladoria-Geral da União	 R\$ 15,5 bilhões Gabinete da Vice-Presidência da República	 R\$ 10,5 bilhões Ministério da Agricultura e Pecuária	 R\$ 12,4 bilhões Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	 R\$ 3,31 bilhões Ministério da Cultura	 R\$ 126,1 bilhões Ministério da Defesa	 R\$ 180,5 bilhões Ministério da Educação	 R\$ 33,5 bilhões Ministério da Fazenda
 R\$ 6,6 bilhões Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	 R\$ 163,3 bilhões Ministério da Igualdade Racial	 R\$ 5,45 bilhões Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	 R\$ 20,4 bilhões Ministério da Justiça e Segurança Pública	 R\$ 300,7 milhões Ministério da Pesca e Aquicultura	 R\$ 935,2 bilhões Ministério da Previdência Social	 R\$ 231,3 bilhões Ministério da Saúde	 R\$ 20,9 bilhões Ministério das Cidades	 R\$ 1,98 bilhões Ministério das Comunicações
 R\$ 208 milhões Ministério das Mulheres	 R\$ 4,77 bilhões Ministério das Relações Exteriores	 R\$ 8,86 bilhões Ministério de Minas e Energia	 R\$ 5,42 bilhões Ministério de Portos e Aeroportos	 R\$ 5,68 bilhões Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	 R\$ 281,7 bilhões Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	 R\$ 2,89 bilhões Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	 R\$ 607,7 milhões Ministério do Esporte	 R\$ 3,65 bilhões Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
 R\$ 3,39 bilhões Ministério do Planejamento e Orçamento	 R\$ 111,4 bilhões Ministério do Trabalho e Emprego	 R\$ 270,8 milhões Ministério do Turismo	 R\$ 412,2 milhões Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	 R\$ 856,2 milhões Ministério dos Povos Indígenas	 R\$ 57,4 bilhões Ministério dos Transportes	 R\$ 3,36 bilhões Presidência da República		

Fonte: [Coletiva de Imprensa PLOA 2024](#). Secretaria de Orçamento Federal/MPO, 2023.

Agendas Transversais e Multissetoriais PLOA 2024

O PLOA de 2024 inova com resumo e demonstrativo das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas, como parte das informações complementares. Essas Agendas reúnem programações orçamentárias em políticas públicas que visam enfrentar uma série de questões sociais, econômicas e ambientais complexas.

Gastos relativos às Agendas Transversais e Multissetoriais – Projeto de Lei Orçamentária Anual 2024



Fonte: [Coletiva de Imprensa PLOA 2024](#). Secretaria de Orçamento Federal/MPO, 2023.

A Agenda **Mulheres**, por exemplo, reúne programações orçamentárias em políticas públicas que visam a garantia de direitos às mulheres, o enfrentamento das manifestações das desigualdades de gênero, o atendimento das necessidades específicas das mulheres ou que têm mulheres como público. Assim, contabiliza tanto os gastos que beneficiam somente as mulheres (gastos exclusivos) como também os gastos que beneficiam as mulheres e outros públicos de políticas públicas (gastos não exclusivos). Uma das políticas públicas presentes na Agenda Transversal e Multissetorial Mulheres volta-se à prevenção e ao combate à violência contra as mulheres.

Previsão de gastos – Agenda Transversal e Multissetorial Mulheres – Projeto de Lei Orçamentária Anual 2024

Órgão Responsável	Ação Orçamentária	PLOA 2024 (em reais)
Ministério das Mulheres	Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180)	R\$ 30,9 milhões
	Políticas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres	R\$ 11 milhões
	Ampliação da Participação Efetiva das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão	R\$ 10 milhões
	Atividades do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	R\$ 1,66 milhão
Ministério da Justiça e Segurança Pública	Implementação de Iniciativas Voltadas ao Enfrentamento à Violência Contra Mulheres	R\$ 45 milhões

Fonte: [Orçamento cidadão: projeto de lei orçamentária anual 2024](#). Secretaria de Orçamento Federal/MPO, 2023.

A Agenda **Crianças e Adolescentes**, por sua vez, reúne programações orçamentárias em políticas públicas que objetivam a garantia de direitos, o enfrentamento das vulnerabilidades e o atendimento das necessidades específicas para as crianças e adolescentes. Contabiliza tanto os gastos que beneficiam somente as crianças e os adolescentes (gastos exclusivos) como também os gastos que beneficiam as crianças e os adolescentes e outros públicos de políticas públicas (gastos não exclusivos).

Previsão de gastos – Agenda Transversal e Multissetorial Crianças e Adolescentes – Projeto de Lei Orçamentária Anual 2024

Órgão Responsável	Ação Orçamentária	PLOA 2024 (em reais)
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social e Combate à Fome	Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz	445 milhões
Ministério da Educação	Apoio à Implantação de Escolas para Educação Infantil	R\$ 620 milhões
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Pesquisa e Desenvolvimento	R\$ 32 milhões
Ministério do Trabalho e Emprego	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores	R\$ 61 milhões

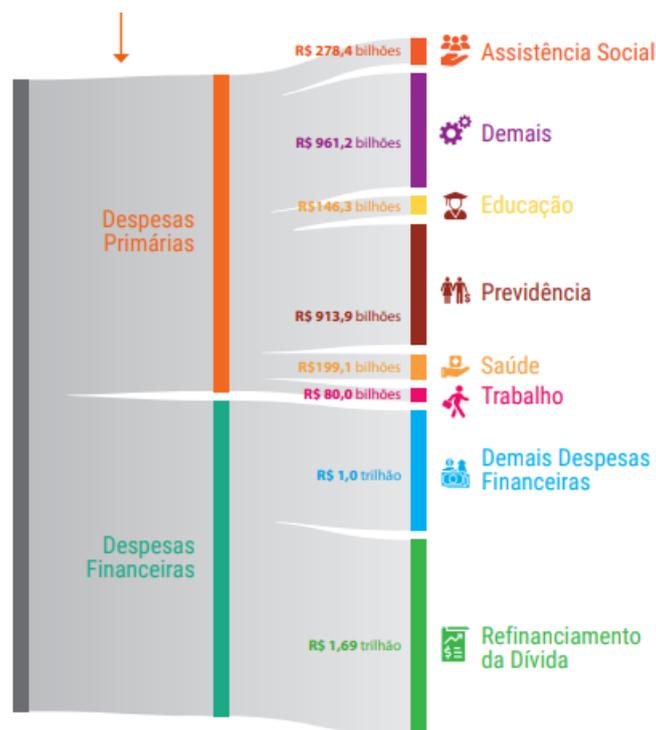
Fonte: [Orçamento cidadão: projeto de lei orçamentária anual 2024](#). Secretaria de Orçamento Federal/MPO, 2023.

Despesas primária e financeira PLOA 2024

As despesas do Governo Federal podem ser classificadas em primárias e financeiras. As primárias são destinadas à oferta de bens e serviços públicos para a população. No PLOA 2024, as despesas primárias somam R\$ 2,7 trilhões. Já as financeiras são destinadas ao pagamento de dívidas contraídas pelo Governo Federal e à concessão de empréstimos a pessoas físicas e jurídicas. As despesas financeiras não alteram o endividamento do setor público porque, quando são executadas, geram direitos ou extinguem obrigações.

No PLOA 2024, as despesas financeiras representam 50% do total das despesas do Orçamento União perfazendo R\$ 2,7 trilhões do total das despesas do Orçamento União.

Distribuição de despesas primária e financeira por função – Projeto de Lei Orçamentária Anual 2024



Fonte: [Orçamento cidadão: projeto de lei orçamentária anual 2024](#). Secretaria de Orçamento Federal/MPO, 2023.

Despesas primárias PLOA 2024

As despesas primárias no PLOA 2024 representam 50% do total das despesas da União e podem ser classificadas em obrigatórias e discricionárias. No PLOA 2024, as discricionárias representam 8% das despesas primárias, que são aquelas que não correspondem a gastos obrigatórios estabelecidos em lei ou na Constituição Federal.

Tipos de despesas primárias – Projeto de Lei Orçamentária Anual 2024

<p>92% Obrigatórias</p> <p>No PLOA 2024, as despesas primárias obrigatórias representam 92% das despesas primárias</p>	<p>Gastos determinados pela Constituição Federal, pelas leis aprovadas pelo Congresso Nacional ou pelos contratos firmados pelo Governo Federal. Alguns dos principais conjuntos de despesas obrigatórias no PLOA 2024 são:</p>	<table border="1"> <tbody> <tr> <td>Gastos com Pessoal</td> <td>R\$ 380,2 bilhões</td> <td>Incluem salários, vencimentos, aposentadorias e pensões de servidores públicos, bem como benefícios sociais concedidos a eles</td> </tr> <tr> <td>Benefícios da Previdência Social</td> <td>R\$ 913,9 bilhões</td> <td>Pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios</td> </tr> <tr> <td>Transferências Constitucionais</td> <td>R\$ 518,3 bilhões</td> <td>Valores que o governo é obrigado a repassar a estados e municípios de acordo com o que está previsto na Constituição</td> </tr> </tbody> </table>	Gastos com Pessoal	R\$ 380,2 bilhões	Incluem salários, vencimentos, aposentadorias e pensões de servidores públicos, bem como benefícios sociais concedidos a eles	Benefícios da Previdência Social	R\$ 913,9 bilhões	Pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios	Transferências Constitucionais	R\$ 518,3 bilhões	Valores que o governo é obrigado a repassar a estados e municípios de acordo com o que está previsto na Constituição
Gastos com Pessoal	R\$ 380,2 bilhões	Incluem salários, vencimentos, aposentadorias e pensões de servidores públicos, bem como benefícios sociais concedidos a eles									
Benefícios da Previdência Social	R\$ 913,9 bilhões	Pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios									
Transferências Constitucionais	R\$ 518,3 bilhões	Valores que o governo é obrigado a repassar a estados e municípios de acordo com o que está previsto na Constituição									
<p>8% Discricionárias</p> <p>No PLOA 2024, as despesas primárias discricionárias representam 8% das despesas primárias</p>	<p>Gastos que o Governo Federal pode decidir quando e quanto fazer, sem obrigatoriedade estabelecida em lei ou na Constituição Federal.</p>	<p>No processo de elaboração do orçamento, as prioridades governamentais direcionam a alocação das despesas discricionárias após análise minuciosa. Alguns exemplos são os investimentos em infraestrutura, em pesquisas científicas e em programas sociais.</p>									

Fonte: [Orçamento cidadão: projeto de lei orçamentária anual 2024](#). Secretaria de Orçamento Federal/MPO, 2023.

Sanção do Novo Arcabouço Fiscal – Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023.

Após aprovação no Senado Federal em 21/06/2023 (relatado na [2ª edição do Relatório](#)), o texto do novo marco fiscal sustentável voltou para a Câmara para análise final, que se deu em 22/08/2023. O texto foi sancionado pelo Presidente da República, resultando na publicação da [Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023](#).

O Regime Fiscal Sustentável, conhecido como Novo Arcabouço Fiscal, passa a ser a norma de regência para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico.

Regime Fiscal Sustentável – Projeto de Lei Orçamentária Anual 2024

Regime Fiscal Sustentável

O PLOA 2024 considerou o Regime Fiscal Sustentável (Lei Complementar nº200/2023) na sua elaboração. Feito em substituição ao Teto de Gastos (EC nº 95/2016), ele busca alcançar dois objetivos: equilibrar e manter as contas públicas sob controle e retomar a realização de investimentos públicos. O principal balizador do Regime Fiscal Sustentável é a fixação de uma trajetória consistente para o resultado primário, ou seja, para a arrecadação de receitas menos as despesas, sem considerar as receitas financeiras e as despesas relacionadas à dívida pública.

Quando as receitas superam as despesas, observa-se como resultado um superávit primário. Quando as despesas são superiores às receitas, tem-se como resultado um déficit primário.

De acordo com o Regime Fiscal Sustentável, as metas para o resultado primário poderão variar para mais ou para menos em 0,25% do Produto Interno Bruto – PIB durante a execução dos Orçamentos da União. Além disso, haverá espaço para o crescimento real da despesa (isto é, sem contar a inflação) entre 0,6% e 2,5%, permitindo a acomodação de mudanças socioeconômicas no orçamento.

Outra novidade do Regime Fiscal Sustentável é a fixação de um gasto mínimo com investimentos públicos. A cada ano, a despesa fixada no orçamento para investimentos deverá ser igual ou maior do que o montante investido no ano anterior, com valor atualizado pela inflação.

O Regime Fiscal Sustentável prevê aumento dos recursos para investimentos sempre que o superávit primário alcançado superar 0,25% da meta. Ou seja, quando a economia for maior do que a esperada. No PLOA 2024, o valor do piso de investimentos corresponde a R\$ 69,7 bilhões, dos quais 81% foram alocados em programações orçamentárias associadas ao Novo PAC.

Fonte: [Orçamento cidadão: projeto de lei orçamentária anual 2024](#). Secretaria de Orçamento Federal/MPO, 2023.

Atualização na projeção de déficit primário 2023

Em 22 de setembro, foi apresentado o [Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 4º bimestre de 2023⁴ \(apresentação\)](#), que indicou uma redução em R\$ 3,9 bilhões na estimativa de déficit primário para 2023, que passou de R\$ 145,4 bilhões (1,4% do PIB) para R\$ 141,4 bilhões (1,3% do PIB). A meta para 2023 é um déficit de R\$ 216,4 bilhões (2,0% do PIB).

A projeção para o déficit primário do governo central em 2023 havia sido anteriormente revisada no [Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º Bimestre](#), divulgado em 21 de julho ([apresentação](#)), para R\$ 145,4 bilhões, o que equivale a 1,4% do PIB. O 1º e 2º [relatórios bimestrais de avaliação das receitas e](#)

⁴ O RARDP é uma publicação do Governo Federal, sob a coordenação técnica da Secretaria de Orçamento Federal, em cumprimento ao disposto no art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, e no art. 69 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023. Com base no RARDP poderão ser promovidos limitação de empenho de dotações orçamentárias bem como limitação de movimentação financeira com vistas ao alcance da meta de resultado primário. Além disso, o RARDP pode indicar a necessidade de bloqueio de dotações orçamentárias discricionárias no montante necessário ao cumprimento dos limites individualizados estabelecidos no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

[despesas primárias](#) elaborados pelo Poder Executivo com intuito de acompanhar o cumprimento da meta fiscal estabelecida para o exercício haviam sido divulgados em 23/03 e 22/05/2023, respectivamente.

Resultado da Avaliação 3 e 4º bimestre (ótica do Resultado Primário)

Discriminação	LOA 2023 (a)	Avaliação 2º Bimestre (b)	Avaliação 3º Bimestre (c)	Diferença (d) = (c) - (b)
1. Receita Primária Total	2.258.607,3	2.367.177,3	2.366.344,0	(833,3)
Receita Administrada pela RFB/ME, exceto RGPS e líquida de incentivos fiscais	1.378.415,6	1.464.975,3	1.474.427,7	9.452,4
Arrecadação Líquida para o RGPS	595.072,8	593.390,8	584.110,9	(9.279,9)
Receitas Não-Administradas pela RFB/ME	285.118,8	308.811,3	307.805,4	(1.005,9)
2. Transferências por Repartição de Receita	452.886,9	455.878,3	457.064,6	1.186,3
3. Receita Líquida (1) - (2)	1.805.720,4	1.911.299,0	1.909.279,4	(2.019,6)
4. Despesas Primárias	2.033.845,2	2.047.456,9	2.054.635,7	7.178,8
Obrigatórias	1.839.061,2	1.853.605,7	1.860.784,5	7.178,8
Discrecionárias do Poder Executivo	194.784,0	193.851,2	193.851,2	0,0
5. Resultado Primário (3) - (4)	(228.124,8)	(136.157,9)	(145.356,3)	(9.198,4)
6. Meta de Resultado Primário OFS (art. 2º, caput, da LDO-2023)	(65.905,8)	(65.905,8)	(65.905,8)	0,0
7. Compensação da Meta (art. 2º, § 2º, e art. 3º, § 2º, da LDO-2023, e EC 126/2022)	168.230,6	172.092,6	172.259,0	166,3
8. Esforço (-) ou Ampliação (+) (5) - (6) + (7)	6.011,6	101.840,5	92.808,5	(9.032,1)

Fonte: [Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º Bimestre](#). Secretaria de Orçamento Federal/MPO, 2023.

Decretos de programação orçamentária e financeira 2023

Publicado o [Decreto nº 11.723, de 28 de setembro de 2023](#), que altera o [Decreto nº 11.415, de 16/02/2023](#), que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2023. Com vistas a cumprir o limite de despesas, foi realizado bloqueio no montante de R\$ 3,81 bilhões em despesas discricionárias, detalhadas no anexo XXIII do Decreto. A publicação das informações relativas ao bloqueio de dessas dotações é mais uma medida de transparência para o efetivo acompanhamento da gestão orçamentária pela população.

Atendimento de emergências orçamentárias

Entre julho e setembro de 2023, o MPO abriu créditos extraordinários para atendimento das seguintes demandas emergenciais:

- R\$ 360,9 milhões em favor dos Ministérios da Defesa, da Integração e do Desenvolvimento Regional e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e

Combate à Fome, para enfrentamento dos impactos socioeconômicos decorrentes de ciclone extratropical de grande intensidade que acometeu a Região Sul do País, conforme [Medida Provisória 1.188, de 19/09/2023](#);

- R\$ 140,2 milhões em favor do Ministério da Defesa, para atendimento de atividades repressivas e preventivas em proteção às terras indígenas Yanomami, conforme [Exposição de Motivos](#) da [Medida Provisória nº 1.183, de 1º/08/2023](#);
- R\$ 280 milhões em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, para atendimento ações emergenciais de defesa civil em razão de desastres naturais que afetaram municípios nos Estados de Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, conforme [Exposição de Motivos](#) da [Medida Provisória nº 1.180, de 14/07/2023](#).

5. Planejamento

Projeto de Lei do Plano Plurianual 2024-2027 (PLPPA 2024-2027)

Nos meses de julho e agosto, a Secretaria Nacional de Planejamento (Seplan) consolidou e revisou as informações do PPA fornecidas pelos Ministérios.

Inicialmente analisou-se a consistência metodológica das informações qualitativas de programas, objetivos específicos, entregas, indicadores e medidas institucionais. Em seguida, deu-se início à fase quantitativa do PPA em que, a partir dos limites orçamentários plurianuais informados pela Seplan, foi possível aos órgãos setoriais alocarem recursos nas ações orçamentárias discricionárias. Na ocasião, a SOF também calculou o valor plurianual das despesas obrigatórias. Tais procedimentos possibilitaram o cálculo dos valores orçamentários dos programas. Finalizando a etapa quantitativa, a secretaria captou, junto aos bancos públicos, à Receita Federal do Brasil e à SMA/MPO, os valores estimados das ações não orçamentárias referentes, respectivamente, aos créditos de instituições financeiras, aos subsídios tributários e aos subsídios creditícios, obtendo, assim, os valores globais dos programas do Plano Plurianual. Essas informações viabilizaram a definição, pelos ministérios setoriais, das metas de objetivos específicos e entregas.

Em paralelo às fases acima descritas, deu-se continuidade ao processo de Participação Social por meio da realização das plenárias estaduais nas regiões sul e sudeste do país. No período, também foi realizado o 3º Fórum Interconselhos. A partir dos dados recebidos por meio da Plataforma Brasil Participativo, consolidou-se as propostas mais votadas com solicitação de incorporação, pelos ministérios, daquelas que se enquadravam no escopo do PPA. As demais foram enviadas para as pastas responsáveis pelo tema e para acompanhamento da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Em julho e agosto também foram identificadas as políticas prioritárias do PPA e as agendas transversais. Por fim, foi realizada a entrega do Projeto de Lei ao Presidente da República em cerimônia no Palácio do Planalto realizada em 30/08/2023. Na mesma data, o governo enviou ao Congresso Nacional, o Projeto de Lei que institui o Plano Plurianual (PPA) para o período 2024-2027 ([PLN nº 28, de 2023](#)), nos termos do § 1º do art. 165 da Constituição Federal, como principal instrumento para orientar políticas públicas e ações de governo nas diferentes esferas, na direção do desenvolvimento sustentável, com inclusão e

diversidade. Os programas, os objetivos e as metas estabelecidos no PPA materializam os compromissos do governo federal com a sociedade para o próximo período de quatro anos.

Trata-se de um PPA construído a partir do mais amplo processo de participação social: contribuições por meio da plataforma Brasil Participativo com 4.087.540 acessos na plataforma, 1.419.729 participantes, 1.529.826 votos e 8.254 propostas; plenárias presenciais em todos os estados do país, com mais de 34 mil pessoas; e três fóruns do Interconselhos com mais de 300 lideranças sociais. Detalhes do processo de participação e incorporação das sugestões podem ser encontrados no [Relatório de Participação Social](#), que acompanha o PLPPA. O planejamento ganha ainda mais legitimidade por ser fruto de um amplo processo de diálogo com a sociedade.

A metodologia de elaboração do Plano Plurianual 2024-2027 incorpora aperfeiçoamentos, de modo a resgatar o papel do Plano como principal instrumento de planejamento público, e teve como premissas ([Exposição de Motivos nº 57/2023 MPO](#)):

- orientar as políticas públicas para resultados;
- aprofundar a integração do planejamento com os meios para a sua execução, particularmente os recursos orçamentários e não-orçamentários;
- aprimorar os mecanismos de monitoramento e avaliação com indicadores apuráveis nos quatro anos de vigência, com metas anuais, regionalizadas e desagregadas por diferentes recortes;
- e possibilitar a definição, implementação e gestão de agendas transversais.

Deste modo, o PPA estabelece sua dimensão estratégica, define Visão de Futuro, Valores, Diretrizes, Eixos, Objetivos Estratégicos.

Visão de Futuro 2027 – PLPPA 2024-2027

Visão de Futuro 2027

“Um país democrático, justo, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades”

Valores

Democracia | Diversidade e justiça social | Sustentabilidade socioambiental | Participação social | Atuação colaborativa | Responsabilidade fiscal e social | Excelência na gestão

Fonte: [Mapa Estratégico](#) do PPA 2024-2027. Secretaria Nacional de Planejamento/MPO, 2023.

Prioridades de Governo PPA 2024-2027

O PPA 2024-2027 expressa o modelo do planejamento de médio prazo para o País e define prioridades de Governo para os próximos quatro anos, que serão intensivamente monitoradas. As prioridades foram definidas pelo Centro de Governo, inclusive com base no processo de Participação Social, tendo sido aprovadas pela Junta de Execução Orçamentária (JEO).

Prioridades de Governo – PLPPA 2024-2027



Fonte: [Plano plurianual 2024-2027: mensagem presidencial](#). Secretaria Nacional de Planejamento/MPO, 2023.

Agendas Transversais PPA 2024-2027

As cinco Agendas Transversais constantes do PPA encaminham problemas complexos de políticas públicas que necessitam de uma abordagem multidimensional e integrada, com diferentes setores e níveis de governo, para serem encaminhados de maneira eficaz e efetiva. Ajudam, assim, a abordar desafios interconectados que não podem ser resolvidos eficazmente por meio de abordagens setoriais ou isoladas, dada a natureza transversal.

Agendas Transversais – PLPPA 2024-2027



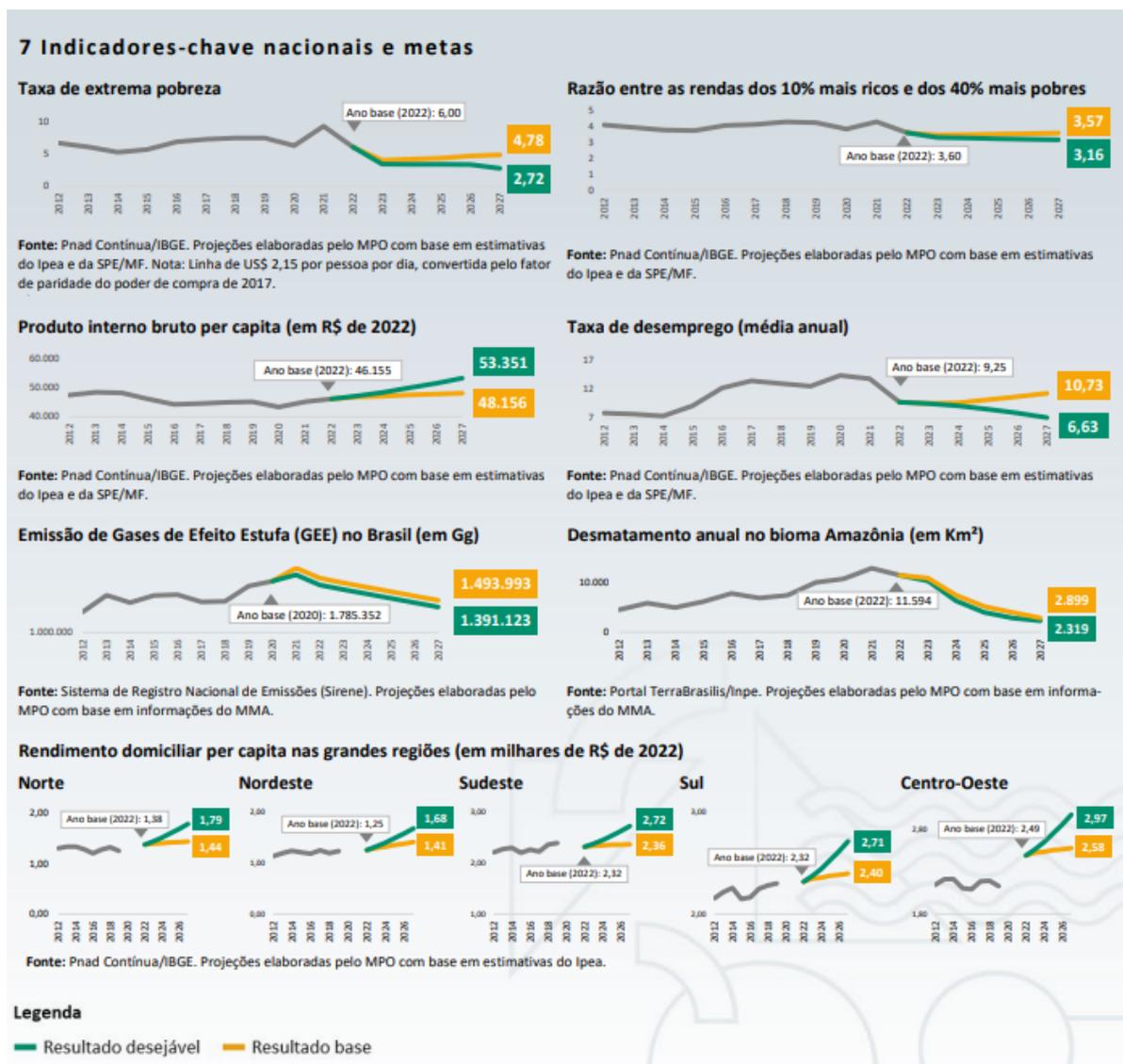
Fonte: [Plano plurianual 2024-2027: mensagem presidencial](#). Secretaria Nacional de Planejamento/MPO, 2023.

Indicadores-chave nacionais PPA 2024-2027

Pela primeira vez, o PPA traz indicadores-chave nacionais em sistema de bandas, que permitem o acompanhamento da situação dos grandes desafios nacionais.

Os indicadores-chave nacionais ([Anexo de Indicadores](#) da Dimensão Estratégica do PPA 2024-2027) são um conjunto de indicadores que medem o progresso social, econômico, ambiental e institucional do Brasil, considerando as múltiplas dimensões do bem-estar individual e coletivo, para que sejam alcançados os objetivos nacionais nas respectivas áreas. Podem ser vistos como parte dos esforços para alinhar as políticas e os programas do governo com os resultados esperados pelos cidadãos – população saudável e educada, emprego e moradia adequados, meio ambiente conservado, entre outros. O sistema de bandas representa um intervalo, com limite de valores factíveis para a evolução de cada indicador no horizonte de tempo do PPA. Esse sistema oferece maior flexibilidade para lidar com fatores econômicos ou sociais imprevistos, ancora as expectativas dos atores sociais em torno da melhoria desejada com uma visão de médio prazo e permite o monitoramento de cada um dos objetivos estratégicos definidos.

7 Indicadores-chave nacionais e meta – PLPPA 2024-2027



Fonte: [Plano plurianual 2024-2027: mensagem presidencial](#). Secretaria Nacional de Planejamento/MPO, 2023.

Observatório do PPA 2024-2027

Duas ações serão estruturadas a partir do envio do PPA ao Congresso Nacional visando avançar nas condições que ampliem o êxito da sua implementação. A primeira focará no necessário detalhamento do modelo de gestão do PPA, com a definição de governança, do processo decisório e de gestão, a designação dos responsáveis e a identificação das necessidades de adequação dos sistemas informatizados de gestão.

A segunda estará orientada para a disseminação das informações de modo transparente e para a viabilização da participação social, elementos complementares e basilares no êxito desse processo. Conforme previsto no PLPPA 2024-2027, ato do Poder

Executivo poderá estabelecer e regulamentar observatório com fim de acompanhar os objetivos estratégicos, indicadores-chaves nacionais e metas, composto por entidades da sociedade civil, setor produtivo e por institutos de pesquisa e universidades.

A missão do Observatório será disponibilizar informações atualizadas e abertas sobre a evolução dos indicadores-chave nacionais associados à visão de futuro e aos objetivos estratégicos. Relatórios de monitoramento e análises antecipatórias quanto às trajetórias futuras mais prováveis deverão ser também disponibilizados nesse espaço. O objetivo aqui é dar transparência, induzir a participação e ampliar o controle social sobre as principais políticas públicas propostas pelo governo e aprovadas em lei pelo Congresso Nacional no âmbito do PPA 2024-2027.

Recursos despendidos de forma planejada para o alcance de objetivos estratégicos nacionais

O PPA 2024-2027 conecta a visão de futuro, os valores do Governo, as diretrizes e os objetivos estratégicos nacionais com as despesas cotidianas da administração pública necessárias para o alcance das metas estabelecidas no plano. Os R\$ 13,3 trilhões estimados para financiar as políticas públicas constantes do PPA no período 2024-2027 estão planejados em programas, os quais devem contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos nacionais, que são os resultados de alto nível que o Governo visa alcançar.

Desse modo, o Plano Plurianual está alinhado com as boas práticas internacionais, as quais recomendam que os orçamentos devem estar estreitamente alinhados com as prioridades estratégicas de médio prazo do País⁵.

Documentos do PPA-2024-2027

[Mensagem presidencial](#)

[Relatório do PPA participativo](#)

[Mapa Estratégico](#)

[Nota técnica dos indicadores e metas](#)

[Projeto de lei](#)

⁵ *Recommendation of the Council on Budgetary Governance*, OECD/LEGAL/0410. Recomendação nº 2: Alinhar estreitamente os orçamentos com as prioridades estratégicas de médio prazo do governo.

6. Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas

Envio ao Congresso Nacional do Relatório Anual de Avaliação de Políticas Públicas

Em conformidade com o disposto no [§1º do art. 9º do Decreto nº 10.321, de 15/04/2020](#), o MPO enviou ao Congresso Nacional o [Relatório Anual de Avaliação de Políticas Públicas – ano base 2022](#). O relatório divulga os resultados de avaliação de 15 políticas, conforme tabela abaixo.

Políticas constantes do Relatório Anual de Avaliação de Políticas Públicas – ano base 2022.

Subsídios avaliados no ciclo 2022	Gastos diretos avaliados no ciclo 2022
Política de desoneração do biodiesel	Exames e Avaliações da Educação Básica
Fundo da Marinha Mercante	Esgotamento Sanitário
Fundo de Terras e da Reforma Agrária	Fomento em P&D
Benefícios Previdenciários e FAPI	Gestão de Postos do MRE
Proex	Política Nuclear
Pronac	Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde
Dedução das despesas com Pesquisa, Ciência e Tecnologia	SasiSus (Saúde Indígena)
ProUni	

Fonte e Elaboração: [Relatório Anual de Avaliação de Políticas Públicas – ano base 2022](#). Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas/MPO, 2023.

Sete recomendações foram aprovadas, as quais foram elaboradas a partir do trabalho de análise dos relatórios de avaliação e de recomendações específicas produzidos pelos executores e apreciados pelos dois comitês técnicos (Cmas e Cmag).

Macrorrecomendações constantes do Relatório Anual de Avaliação de Políticas Públicas – ano base 2022

Macrorrecomendação	Qt políticas destinatárias da recomendação	% políticas destinatárias da recomendação
1: Garantir a existência de modelo lógico para orientar a política, criar ou aprimorar indicadores e metas de resultado e/ou execução.	10	67%
2: Realização de estudos ou implementação de ações que visem atender as necessidades de populações em maior vulnerabilidade, priorizar recursos e conter regressividade.	8	53%
3: Priorizar públicos ou setores com perfil mais aderente à política e aos resultados pretendidos, bem como adequar regras de elegibilidade para permitir melhor identificação.	7	47%
4: Medidas visando aumento da eficiência tendo em vista a qualidade pretendida e aprimoramento de processos administrativos.	7	47%
5: Instituir ou fortalecer mecanismo de governança, com atribuições bem definidas, articulação, priorização e gestão de riscos.	9	60%
6: Disponibilizar mais informações com vistas a viabilizar futuras análises mais detalhadas da política e melhorias no acompanhamento das metas e objetivos.	10	67%
7: Reavaliar benefícios tributários levando em conta os resultados pretendidos.	3	20%

Fonte e Elaboração: [Relatório Anual de Avaliação de Políticas Públicas – ano base 2022](#). Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas/MPO, 2023.

O Relatório também divulga **diretrizes para aprimoramentos futuros**. Trata-se do resultado de um processo em que o CMAP reavalia os resultados do último ciclo de PPA (2020-2023) e propõe ajustes a processos e mecanismos institucionais para que os próximos ciclos de avaliações sejam mais efetivos.

Diretrizes para aprimoramentos futuros – Relatório Anual de Avaliação de Políticas Públicas – ano base 2022

1	Cmap passa a deliberar sobre quais políticas devem ser avaliadas, trazendo para si a responsabilidade estratégica de ir até o final do processo de seleção	9	A duração das avaliações executivas deverá ser de até 8 meses, em linha com a média internacional (6 meses). Ao longo do processo estão previstos produtos intermediários.
2	Revisão e adequação dos critérios de seleção e avaliação da possibilidade de inclusão de critério de transversalidade.	10	Definir documento com prazos máximos esperados para cada tipo de abordagem de avaliação em profundidade.
3	Coordenação e supervisão serão unificadas em uma única função a ser chamada de coordenação. Haverá uma matriz de atribuições detalhada para essa nova função e um programa de formação associado. Os(as) coordenadores(as) serão da SMA ou do IPEA e o grupo será gerenciado pela Secretaria Executiva do Cmap.	11	O Cmap terá ciclos de um ano, que combinarão encerramento de avaliações executivas e em profundidade. A divulgação do conjunto será anual e baseada em ações de transparência ativa, contando com coletivas de imprensa, divulgação no site e em redes sociais. Em cada ciclo, serão avaliadas um número mínimo de três novas políticas.
4	Padronização de conteúdo mínimo a ser gerado pelas avaliações, dado pela implementação obrigatória da avaliação executiva padrão, tal como definido no cap. 3 do Guia ex post3 (porta de entrada para a avaliação de todas as políticas).	12	As propostas de aprimoramento (recomendações) devem estar vinculadas a atributos da política avaliada (equidade, eficiência, transparência, focalização, cobertura, etc). A relação entre achados e atributos precisa ser mais explícita.
5	Implementação de avaliações aprofundadas, apenas quando recomendado pela avaliação executiva. Nesse caso, os desdobramentos dependerão do contexto. Um novo processo de seleção de avaliadores deverá ser desenhado para dar conta dessa etapa.	13	Gestores e gestoras nos ministérios setoriais deverão receber assessoria técnica de coordenadores(as) das avaliações para formularem bons planos de ação.
6	Padronização de um plano de trabalho detalhado, com previsão de interações ao longo do processo e que discrimine as atribuições de avaliadores e gestores em cada etapa.	14	SMA também devem acompanhar a execução dos planos por período de 2 anos, com objetivo de assessoramento continuado.
7	Manter a alocação por adesão do órgão/instituição e criar um cadastro, de caráter consultivo, de avaliadores de dentro e fora do governo, com informações sobre perfil, áreas de interesse e publicações, de forma a aumentar o rigor da alocação. Indicações virão dos órgãos que compõem o Cmap e também dos Ministérios Setoriais envolvidos.	15	O objetivo principal do acompanhamento da implementação dos planos não é prestar contas em si, mas alimentar a autoavaliação da efetividade do Cmap. A autoavaliação passará a ser obrigatoriamente pauta anual e será divulgada.
8	Reduzir tempo de pré-avaliação para 3 meses, embutindo nesse prazo todo o trabalho de formatação de escopo para deliberação do Cmap sobre quais políticas devem ser avaliadas	16	Gestores(as) nos ministérios setoriais receberão capacitação em avaliação como incentivo para contribuírem ao longo do processo avaliativo.

Fonte e Elaboração: [Relatório Anual de Avaliação de Políticas Públicas – ano base 2022](#). Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas/MPO, 2023.

Dentre os aprimoramentos futuros, o processo de atualização dos critérios de seleção (Diretriz nº 2) já foi iniciado, com formação de grupo de trabalho com membros participantes dos comitês técnicos do CMAP. O objetivo é aprimorar os critérios e o processo de seleção das políticas públicas que serão avaliadas.

Destaca-se também que o fortalecimento da conexão entre as funções de planejamento e avaliação. O projeto de lei do PPA-2024 apresentado pelo Governo e materializado no [PLN nº 28/2023](#) traz, em seu artigo art. 17, §1º, que “(a) avaliação do PPA-2024-2027 será realizada pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas – CMAP, e também poderá ser realizada pelo órgão central de planejamento e orçamento e pelos órgãos setoriais, em articulação com o CMAP, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo federal”. É a confirmação do compromisso de fazer avaliação e planejamento caminharem juntos, se alimentando continuamente.

Seminário sobre reforma tributária e melhoria do gasto público

O MPO promoveu, em 22/08, o [1º Seminário de Avaliação e Melhoria do Gasto Público](#), cuja tema foi a primeira fase da Reforma Tributária, voltada para a tributação sobre o consumo. O seminário contou com a parceria do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O evento contou com a presença dos ministros Simone Tebet (Planejamento e Orçamento), Esther Dweck (Gestão e Inovação em Serviços Públicos), Vinícius Marques de Carvalho (Controladoria Geral da União), e do secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, representando o ministro Fernando Haddad, titulares das pastas que compõem o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas (CMAP). A iniciativa representa mais uma entrega do MPO no sentido de apoiar a qualificação do debate público, oferecendo resultados e recomendações geradas a partir de avaliações de políticas públicas. Há previsão de realização de outro seminário até o fim do ano.

Boletins com análises de políticas públicas

Por ocasião do 1º Seminário, o MPO também lançou nova estratégia de comunicação cidadã sobre os resultados do CMAP. Os primeiros boletins “coloridinhos” – como são informalmente chamados – tratam das avaliações de [“desoneração da cesta básica e direito à alimentação”](#) e [“Impactos da desoneração de medicamentos”](#). Outros boletins em linguagem cidadã serão lançados ainda em 2023, permitindo fácil entendimento dos resultados das avaliações do CMAP.

Parceria para avaliações *ex-ante*

Na agenda de avaliações *ex-ante*, o MPO tem desenvolvido trabalhos com diversos parceiros – incluindo Ministério da Educação (MEC) e Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). O MPO incentiva e está aberto a atuar em parceria com ministérios e demais órgãos da administração pública na formulação de avaliações *ex-ante* de políticas públicas.

Dentre os projetos desenvolvidos no último trimestre, merece destaque o apoio ao MEC para a construção novas regras para expansão de cursos privados de medicina. A distribuição de médicos tem alta concentração no território brasileiro, com 90% dos municípios abaixo da média nacional de 2,54 médicos por mil habitantes. Os esforços têm sido direcionados para a construção de uma dinâmica concorrencial que leve em conta a

capacidade formativa de cada território, mas que também direcione as novas vagas para atender, em primeiro lugar, às necessidades locais de médicos.

GT de Revisão do Gasto

Publicada a [Portaria GM/MPO nº 253, de 12/09/2023](#), que institui o Grupo de Trabalho de Revisão de Gastos Federais no âmbito do MPO, com o objetivo de “auxiliar a alta administração na melhoria da qualidade e do controle orçamentário, por meio do processo de institucionalização de mecanismos de revisão de gastos”.

O GT reúne diferentes órgãos do MPO e representa mais um passo na integração entre avaliação e planejamento orçamentário. Entre outros pontos, o GT identificará opções de economia de recursos e realocação da programação orçamentária da política ou do programa revisado, por meio do aperfeiçoamento das dimensões de economicidade, eficiência, custo-efetividade, entre outras.

Metodologia de Cálculo para elaboração de demonstrativo regionalizado de benefícios financeiros e creditícios da União

Publicada a [Portaria GM/MPO nº 245, de 04/09/2023](#), que “(a)prova e divulga a metodologia de cálculo para a elaboração do demonstrativo regionalizado de benefícios financeiros e creditícios da União de que trata o art. 165, § 6º da Constituição Federal”, que prevê que “(o) projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia”. O ato revoga a Portaria ME nº 2.877, de 1º de abril de 2022, permitindo a atualização constante do Manual Técnico dos Benefícios Financeiros e Creditícios. Isso possibilitará manter este importante documento norteador da área de subsídios em linha com as melhores práticas e metodologias disponíveis, agora sob responsabilidade da SMA.

7. Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

Regularização de Pagamentos a Organismos Internacionais

No início deste ano, o Brasil acumulava uma dívida de aproximadamente R\$ 5 bilhões de integralizações e de contribuições a pagar, incluindo dívidas de exercícios anteriores e as relativas ao exercício de 2023.

Como responsável pelos pagamentos de contribuições para todos os organismos internacionais dos quais o Brasil é membro permanente, o MPO tem priorizado a redução do montante acumulado dessa dívida, incluindo, na execução de estratégia mensal de pagamentos, os valores em aberto relativos a exercícios anteriores.

Até 30/09/2023, aproximadamente R\$ 2,15 bilhões em compromissos já haviam sido quitados. Assim, ainda restam aproximadamente R\$ 2,8 bilhões a serem pagos. Os esforços de regularização de compromissos internacionais já resultaram na quitação de dívidas do Brasil vencidas antes de 2023 junto a mais de oitenta organismos internacionais.

Organismos internacionais com dívidas quitadas em 2023

1	ABACC	Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares	43	IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA
2	ACAP	Acordo de Conservação de Albatrozes e Petréis - ACAP	44	IILA	Instituto Italo-Latino-Americano - IILA
3	AID	Associação Internacional de Desenvolvimento - AID	45	Ilícito de Tabaco	Contribuição ao Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco (MS)
4	AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica	46	IMO	Organização Marítima Internacional
5	ALADI	Associação Latino-Americana de Integração	47	Kioto	Protocolo de Kioto
6	CAACI	Conferência de Autoridades Audiovisuais e Cinematográficas da Ibero-América	48	OACI	Organização de Aviação Civil Internacional
7	CCAC	Convenção sobre Certas Armas Convencionais	49	OEA	Organização dos Estados Americanos - OEA
8	CCAMLR	Convenção para a Conservação dos Recursos Marinhos Antárticos	50	OEA	Organização dos Estados Americanos
9	CDB	Convenção sobre a Diversidade Biológica - CDB	51	OEI	Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - OEI

10	CERLALC	Centro Regional para Fomento do Livro na América Latina e Caribe	52	OHI	Organização Hidrográfica Internacional
11	CHDIP	Conferência de Haia de Direito Internacional Privado	53	OIA	Organização Internacional do Açúcar
12	CIAT	Centro Interamericano de Administração Tributária	54	OIC	Organização Internacional do Café
13	CIB	Comissão Internacional da Baleia	55	OIE	Organização Mundial de Saúde Animal
14	CIC	Comissão Intergovernamental dos Países da Bacia do Prata - CIC	56	OIML	Organização Internacional de Metrologia Legal
15	CIEGB	Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia	57	OIVV	Organização Internacional da Vinha e do Vinho
16	CITES	Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES	58	OLADE	Organização Latino-Americana de Energia
17	CLAC	Comissão Latino-Americana de Aviação Civil	59	OMA	Organização Mundial das Aduanas
18	CLAD	Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento	60	OMC	Organização Mundial do Comércio
19	COMJIB	Contribuição à Conferência de Ministros de Justiça dos Países Ibero-americanos	61	OMPI	Organização Mundial de Propriedade Intelectual
20	Convenção de Basiléia	Convenção de Controle dos Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito	62	OMS	Organização Mundial de Saúde
21	Convenção de Ottawa	Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre sua Destruição	63	OMT	Organização Mundial de Turismo - OMT
22	Convenção de Ramsar	Convenção de Zonas Úmidas de Importância Internacional	64	ONU	Organização das Nações Unidas - ONU
23	Convenção de Roterdã	Convenção sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos	65	OPANAL	Organização para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina
24	Convenção de Viena	Contribuição à Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio	66	OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
25	CPA	Corte Permanente de Arbitragem	67	OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
26	CPAB	Convenção sobre a Proibição de Armas Biológicas	68	PANAFTOSA	Centro Pan-Americano de Febre Aftosa
27	CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	69	PARLASUL	Parlamento do Mercosul

28	CQCT FCTC	Contribuição à Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco	70	Protocolo de Cartagena	Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança
29	CS	Centro Sul - CS	71	Protocolo de Montreal	Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio
30	CTBTO	Comissão Preparatória da Organização do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares	72	SEGIB	Secretaria Geral Iberoamericana
31	ESTOCOLMO	Convenção sobre os Poluentes Orgânicos Persistentes - Convenção de Estocolmo	73	SELA	Sistema Econômico Latino-Americano
32	FAD	Fundo Africano de Desenvolvimento	74	SM	Secretaria do Mercado Comum do Sul MERCOSUL
33	FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura	75	STA	Tratado da Antártida
34	FIDA	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola - FIDA	76	TIDM	Tribunal Internacional do Direito do Mar
35	FLACSO	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO	77	TIRFAA	Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura
36	FOCEM	Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul	78	TPI	Tribunal Penal Internacional
37	FPCI	Fundo Fiduciário para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial - FPCI	79	UIT	União Internacional de Telecomunicações
38	FPM	Fundo do Patrimônio Mundial	80	UNCCD	Convenção Internacional das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação - UNCCD
39	GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente - GEF	81	UNFCCC	Contribuição à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
40	IAI	Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais	82	UNIDROIT	Instituto Internacional pela Unificação do Direito Internacional Privado
41	ICCAT	Comissão Internacional para a Conservação do Atum e Afins do Atlântico	83	UPAEP	União Postal das Américas, Espanha e Portugal
42	ICCROM	Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração de Bens Culturais	84	UPOV	União Internacional para Proteção de Novas Variedades Vegetais

Fonte e Elaboração: Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento/MPO, 2023.

Os pagamentos estão sendo efetivados de acordo com duas prioridades: restabelecer o direito do Brasil a voto e resgatar a capacidade de financiamento com fundos para os quais

o País havia parado de contribuir em governos passados. Além desses aspectos, a regularização dos compromissos assumidos pelo Brasil contribui para aprimorar a imagem do País no exterior. A participação brasileira em organismos internacionais era alvo de constrangimentos, em razão de atrasos, concentrados nos últimos seis anos, que geraram dívidas com aproximadamente 120 organismos e instituições financeiras internacionais.

Outro destaque no tema de pagamentos diz respeito às Missões de Paz. Até setembro de 2023 foram quitados os compromissos decorrentes de participação brasileira em nove missões de paz das Nações Unidas, conforme quadro abaixo.

Missões de Paz das Nações Unidas com dívidas quitadas em 2023

Sigla	Missão
Minurso	Missão das Nações Unidas para o referendo no Saara Ocidental
Minusjusth	Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti
Undof	Força das Nações Unidas de Observação da Separação – Montes Golan
Unficyp	Força das Nações Unidas para Manutenção da Paz em Chipre
Unifil	Força Interina das Nações Unidas no Líbano
Unisfa	Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei
Unmik	Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo
Unmil	Missão das Nações Unidas na Libéria
Unoci	Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim

Fonte e Elaboração: Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento/MPO, 2023.

O próximo avanço no tema dos compromissos internacionais é alterar o tratamento orçamentário desse tipo de despesa. Nesse sentido, o PLOA-2024 traz como inovação a proposta de reclassificação das despesas resultantes de compromissos firmados pelo Brasil por meio de tratados internacionais. Como esses tratados têm estatura legal de lei ordinária⁶, a classificação de tais despesas como obrigatórias visa corrigir uma inadequação histórica e confere mais previsibilidade à atuação internacional do Brasil em nível multilateral.

⁶ Há casos em que o tratado internacional tem estatura equivalente ao de emenda constitucional – quando submetido ao processo previsto no § 3º do art. 5º da Constituição Federal. Além disso, o STF tem jurisprudência consolidada de que tratados de direitos humanos, mesmo quando não tramitados no citado regime, têm estatura suprallegal.

Comissão de Financiamentos Externos – Cofix e novos projetos aprovados

No dia 6 de setembro, foi realizada a 168ª reunião da Cofix, com aprovação de preparação de 19 novos projetos a serem financiados com recursos externos e com garantia da União, totalizando US\$ 2,36 bilhões. Foram dez projetos para municípios em um total de US\$ 690 milhões; seis projetos para estados, no montante somado de US\$ 570 milhões, e três projetos em favor da União no valor de US\$ 1,1 bilhão (lista de projetos [aqui](#)). No acumulado até setembro de 2023, quase US\$ 5,6 bilhões em projetos de investimentos foram aprovados, beneficiando todos os níveis da federação e todas as regiões do País. Aproximadamente 87% dos valores dos projetos já aprovados no âmbito da Cofix em 2023 são para estados e municípios, que dependem de garantia soberana da União para contratar recursos externos.

Projetos e programas aprovados na Cofix – 1º Semestre 2023

Reuniões Cofix	Projetos e programas Aprovados	Valor Aprovado (US\$)	Entes beneficiados	Projetos de Infraestrutura	Projetos Sociais e Ambientais	Projetos Modernização do Estado
165ª reunião 27/04/2023						
Municípios	4	359.838.245,00	4	1	3	0
Estados	10	858.100.000,00	10	3	5	2
União	1	100.000.000,00	1	1	0	0
Total	15	1.317.938.245,00	15	5	8	2
166ª Reunião 1º/06/2023						
Municípios	4	626.491.300,00	4	3	1	0
Estados	5	929.900.000,00	5	1	3	1
União	2	335.000.000,00	2	0	2	0
Total	11	1.891.391.300,00	11	4	6	1
168ª Reunião 06/09/2023						
Municípios	10	690.500.000,00	10	7	3	0
Estados	6	569.600.000,00	5	3	1	2
União	3	1.100.000.000,00	1	0	2	1
Total	19	2.360.100.000,00	16	10	6	3

Fonte: SEAID/MPO. Elaboração: SE/MPO

Dentre os projetos aprovados, destaca-se o Programa de Acesso ao Crédito para MPMEs e Pequenos Empreendedores – Pro-Amazônia, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de 750 milhões de dólares, com contrapartida de 150 milhões de dólares do BNDES, totalizando 900 milhões de dólares. O objetivo do projeto é promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal, por meio do

fortalecimento das MPMEs e dos pequenos empreendedores, contribuindo para a redução das desigualdades regionais, uma das prioridades do Governo Federal.

Um destaque importante é o aumento da capilaridade dos projetos aprovados. Alguns dos proponentes foram autorizados a contratar sua primeira operação de crédito externo, como é o caso dos municípios de Ananindeua (PA), Cachoeiro do Itapemirim (ES), Osasco (SP), Juiz de Fora (MG) e da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Portuário do Pecém (CE). Esses resultados são fruto do esforço do MPO em democratizar o acesso ao conhecimento sobre o tema e apoiar o aumento das capacidades institucionais dos entes subnacionais.

Alterações normativas Cofix – Estatais não dependentes

Por ocasião da 167ª reunião, realizada eletronicamente, a Cofix aprovou alteração que exclui dos limites anuais estabelecidos pela Cofix as operações de crédito de empresas estatais federais não dependentes. Na prática, a medida tem impacto positivo ao ampliar o acesso dessas empresas ao crédito externo, o qual possui taxas de juros mais vantajosas, e aproximar bancos multilaterais de desenvolvimento, que contam com expertise na elaboração e execução de projetos.

Alterações normativas Cofix – refinanciamento de dívidas estaduais para Capag A e B

Ainda em sua 168ª reunião, em 06/09, além da anuência a 19 programas e projetos, a Comissão aprovou a modificação do art. 6º da Resolução Cofix no 17, de 7 de junho de 2021. Com a alteração, os estados e municípios que possuam boa saúde financeira, com capacidade de pagamento A e B, conforme classificação do Tesouro Nacional, podem substituir suas dívidas atuais, que não contam com garantia da União, por novos financiamentos, em melhores condições de juros e prazos de repagamento, contando com a garantia do Governo Federal. Essas operações não consomem mais os limites de garantia da União, o que traz como benefício a possibilidade de incremento nessas operações e em outras operações de financiamento externo.

Ao substituir uma dívida mais cara e com menor prazo por um financiamento mais barato e mais longo, os municípios e estados abrem espaço em seus orçamentos,

incrementando assim os recursos disponíveis para realização de obras, investimentos em saúde, educação e segurança pública, contribuindo para melhoria da vida de seus cidadãos.

Calendário Cofix

Conforme [calendário](#) disponibilizado no início do ano e registrado também [na 2ª edição do Relatório Trimestral](#) (p. 23), a próxima reunião da Cofix em 2023 está prevista para 07/12, com avaliação de até US\$ 1,515 bilhão em projetos da União e US\$ 1,082 bilhão em projetos de entes subnacionais. Além disso, estados e municípios que aderiram ao Regime de Recuperação Fiscal - RRF, ou ao Plano de Equilíbrio Fiscal - PEF, também poderão pleitear até US\$ 864 milhões para financiar projetos de investimento com garantia da União.

8. Articulação Institucional

Subcomitê de Integração e Desenvolvimento Sul-Americano realiza escuta ativa

O Subcomitê, criado pela [Resolução CMG/MPO nº 1, de 07 de junho de 2023](#), realizou quase duas dezenas de reuniões com entes do governo federal, especialistas no tema de integração e secretários de planejamento de entes subnacionais, conforme cronograma abaixo.

Cronograma de Reuniões do Subcomitê de Integração e Desenvolvimento Sul-Americano

Junho			
Plano de Ação 13/06	Ipea 20/06	UFPB/CDS e MCTI 29/06	
Julho			
Roraima 05/07	MRE 11/07	SRI/PR e Fundação Araucária 18/07	
Mato Grosso do Sul 25/07			
Agosto			
Interna 01/08	Acre 09/08	Mato Grosso 11/08	Amazonas e Suframa 16/08
Rio Grande do Sul 23/08	InfraSA 29/08	Rondônia 31/08	
Setembro			
Amapá 12/09	Paraná 18/09	Santa Catarina 19/09	Pará 28/09

Fonte: SEAI/MPO. Elaboração: SE/MPO

O subcomitê visa promover a integração do Brasil com os países da América do Sul, e mapeará e elaborará estudos, ações e iniciativas envolvendo infraestruturas de integração e desenvolvimento regional, com foco nos Corredores Bioceânicos. Os trabalhos, que envolvem todas as Secretarias do MPO, IPEA e IBGE, devem ser apoiados em evidências e integrados com a estratégia nacional de longo prazo, Plano Plurianual, Planos Regionais de Desenvolvimento, sustentabilidade socioambiental e preservação da biodiversidade.

Após realização de escuta ativa junto aos onze estados brasileiros que fazem fronteira com os vizinhos sul-americanos, o Subcomitê dedica-se à produção de relatório parcial de 120 dias. O relatório apresentará o estado atual da integração regional, destacando gargalos a serem superados e potencialidades para o crescimento da região. É esperado que o relatório seja submetido ao Comitê Ministerial de Governança do MPO em outubro de 2023.

9. Dados e Pesquisa

Entre julho e setembro, manteve-se a divulgação dos Resultados de População e Domicílios do Censo Demográfico 2022, em continuidade às entregas informadas na [2ª Edição do Relatório Trimestral do MPO](#). Os dados apresentados são importantes para a formulação, o acompanhamento e a revisão de políticas públicas, pois retratam, com evidências atualizadas, a realidade socioeconômica do país.

Além disso, destacam-se, no quadro abaixo, os seguintes estudos publicados pelo IBGE, além dos usualmente publicados periodicamente:

Principais estudos publicados pelo IBGE – JUL-SET/2023

Data	Pesquisa	Link
07/07/2023	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: pessoas com deficiência 2022	clique aqui
27/07/2023	Censo Demográfico 2022: Quilombolas: primeiros resultados do universo	clique aqui
04/08/2023	Pesquisa Anual de Comércio	clique aqui
07/08/2023	Censo Demográfico 2022: Indígenas: Primeiros resultados do universo	clique aqui
11/08/2023	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: outras formas de trabalho 2022I	clique aqui
15/08/2023	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral	clique aqui
25/08/2023	Evolução dos Indicadores não monetários de pobreza e qualidade de vida no Brasil com Base nas Pesquisa de Orçamentos Familiares	clique aqui
31/08/2023	Relação da População dos Municípios para publicação no DOU em 2023	clique aqui
31/08/2023	Pesquisa Anual de Serviços	clique aqui
01/09/2023	Sistema de Contas Nacionais Trimestrais	clique aqui
15/09/2023	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: características adicionais do mercado de trabalho 2022	clique aqui
28/09/2023	Pesquisa de Inovação Semestral 2022: Indicadores temáticos	clique aqui
29/09/2023	Brasil em números	clique aqui

Fonte: IBGE/MPO

Para o mesmo período, destacam-se, os estudos publicados pelo Ipea na tabela abaixo.

Principais estudos publicados pelo IPEA – JUL-SET/2023

Data	Pesquisa	Link
Setembro 2023	<p>Indicadores quantitativos da OCDE e o Brasil (Publicação Preliminar)</p> <p>Com o objetivo de apoiar o Brasil no processo de negociação no contexto de uma possível acesso à OCDE, o IPEA desenvolveu um amplo projeto, de análise detalhada dos indicadores quantitativos empregados pela Organização. O objetivo foi avaliar cada indicador, tendo em vista as características da economia e da sociedade brasileira. No processo de acesso do Brasil à OCDE o tópico de reformas estruturais é um dos mais amplos e multifacetados, na medida em que engloba discussões sobre diversos temas, como empresas e governança pública, política fiscal, regulação, instituições econômicas e intervenções do Estado na economia, ambiente de negócios, comércio internacional, investimento estrangeiro direto, entre outros.</p>	Clique aqui
Setembro 2023	<p>Investimento líquido e estoque de capital – segundo trimestre de 2023</p> <p>Atualização das séries dos indicadores Ipea de investimento líquido e de estoque de capital até o segundo trimestre de 2023. Os dados acumulados em doze meses refletem os investimentos brutos (formação bruta de capital fixo – FBCF).</p>	clique aqui
Setembro 2023	<p>Panorama da economia mundial</p> <p>Análise do quadro global dos principais indicadores econômicos dos países, com destaque para Estados Unidos, China, Área do Euro e Reino Unido, Canadá, Índia, Rússia e Japão. Os indicadores abrangidos vão desde inflação; nível de atividade; taxas de desemprego e taxas de juros.</p>	clique aqui
Setembro 2023	<p>Conjuntura do mercado do trabalho no Brasil: análise dos dados até o primeiro trimestre de 2023</p> <p>A análise dos dados produzida pelo Ipea, com dados atualizados até o primeiro trimestre de 2023, mostrou que o mercado de trabalho brasileiro segue em processo de recuperação, com recuo na desocupação em todos os recortes de desagregação (por região, gênero, raça, idade, escolaridade e setor de atividade). Houve ainda aumento na renda média mensal do trabalho em todos os diferentes recortes regionais, populacionais e setoriais. Contudo, o estudo também alertou que o país segue com um contingente de 9,4 milhões de indivíduos em situação de desemprego involuntário, e mais da metade da população ocupada segue na informalidade, desconectadas da rede pública de proteção previdenciária. Ademais, os níveis de desigualdade de renda no país se mantêm elevados para os padrões internacionais.</p>	Clique aqui
Setembro 2023	<p>Fronteiras do Brasil: primeiros resultados do Censo Demográfico 2022 (Publicação Preliminar)</p> <p>O estudo analisa os resultados do Censo de 2022 para o Brasil e para os recortes territoriais FFT (faixa de fronteira terrestre),</p>	Clique aqui

	<p>FFL (faixa de fronteira litorânea) e demais municípios brasileiros, incluindo informações sobre a população e domicílios registrados, o crescimento populacional entre 2010 e 2022, as taxas de crescimento anual da população, a distribuição da população por classes de crescimento e estratos de tamanho dos municípios. Essas análises são direcionadas aos municípios da faixa de fronteira terrestre (FFT), com foco nos arcos fronteiriços e arranjos transfronteiriços, com exemplos daqueles mais representativos das principais constatações a partir dos dados analisados.</p>	
Agosto 2023	<p>Impactos redistributivos da reforma tributária: estimativas atualizadas</p> <p>Este foi o estudo mais citado no debate público para estimar o impacto redistributivo da reforma tributária no âmbito da Federação, considerando o texto final aprovado pela Câmara dos Deputados e os valores de arrecadação de estados e municípios em 2022. A conclusão foi que a reforma tributária beneficiará ao menos 82% dos municípios do país e cerca de dois terços dos Estados.</p>	Clique aqui
Agosto 2023	<p>Petróleo em águas profundas: uma história da evolução tecnológica da Petrobras na exploração e produção no mar</p> <p>Trata-se do estudo mais completo sobre a trajetória histórica brasileira na exploração de petróleo, com foco nas tecnologias desenvolvidas pela Petrobras para a exploração e produção de petróleo em águas profundas e ultraprofundas da plataforma marítima e na área geológica do pré-sal.</p>	Clique aqui
Agosto 2023	<p>Dimensão das inadequações habitacionais, custos, impactos e relações com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). Subsídios para um programa nacional de melhorias habitacionais (Publicação Preliminar)</p> <p>A Nota Técnica orienta que relações há entre melhorias habitacionais e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definindo os indicadores habitacionais que se prestam melhor ao monitoramento e à avaliação dos ODS no Brasil. O estudo serve de subsídio para o Ministério das Cidades orientar a formulação de uma política pública que possa ser ainda mais bem avaliada em termos de seus produtos, resultados e impactos relativos aos ODS.</p>	Clique aqui
Agosto 2023	<p>Relatório sobre População em Situação de Rua</p> <p>Apresenta informações referentes à população em situação de rua do país, a partir dos dados disponíveis nos cadastros e sistemas de informação do Governo Federal, a fim de subsidiar o diagnóstico e as intervenções no âmbito das políticas públicas voltadas a essa população.</p>	Clique aqui
Agosto 2023	<p>Guia PopRua</p> <p>O Guia orienta a avaliação de Riscos de Desatenção, Exclusão ou Tratamento Inadequado da População em Situação de Rua. Apresentado durante o Fórum de Gestoras e Gestores de Direitos Humanos, foi resultado de parceria do Ipea com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e auxilia no cumprimento da decisão sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 976,</p>	Clique aqui

	<p>proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que insta governos federais, estaduais, distrital e municipais a adotarem políticas, programas e ações para preservar a saúde, a vida e a inclusão das populações em situação de rua.</p>	
<p>Agosto 2023</p>	<p>Os setores que mais (des)empregam no Brasil. O estudo aponta os setores beneficiados com desoneração da folha salarial e comparam sua empregabilidade com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Alertou-se que alguns dos setores que mais empregam não receberam o benefício da desoneração, enquanto outros, desonerados, cortaram mais postos formais nos últimos dez anos que os demais. O estudo tem sido usado como referência ao debate no Congresso Nacional a esse respeito.</p>	<p>Clique aqui</p>
<p>Agosto 2023</p>	<p>Redes de atores e o seu papel no desenvolvimento de corredores: diagnóstico e proposta de governança para o corredor rodoviário bioceânico Mato Grosso do Sul - portos do norte do Chile O estudo é uma das principais referências no debate de especialistas sobre a iniciativa do Corredor Rodoviário Bioceânico (CRB) para promover a integração em infraestrutura e cooperação entre o estado de Mato Grosso do Sul, o Chaco paraguaio, as regiões do noroeste argentino (NOA) e os portos do norte do Chile, analisando a rede de atores.</p>	<p>Clique aqui</p>
<p>Julho 2023</p>	<p>Prioriza SUS: análise de problemas, recomendação de estratégias e a visão do consórcio intergovernamental público como instrumento de reforço à Coordenação Federativa do Sistema Único de Saúde O estudo analisa a gestão do sistema de saúde do Brasil e apresenta proposições para mitigar a dificuldade de acesso aos serviços e bens de saúde. O trabalho foi discutido em fóruns da política pública de saúde com a participação de pesquisadores, técnicos e gestores do SUS. As sugestões foram incorporadas ao Prioriza SUS, o que levou ao aperfeiçoamento das ações propostas como resposta ao problema estrutural em análise. O trabalho foi apresentado (em setembro) a representantes do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde e Fiocruz como subsídio para a política nacional de saúde.</p>	<p>Clique aqui</p>
<p>Julho 2023</p>	<p>Pessoas com deficiência no serviço público federal. avaliação das dimensões quantitativas do contingente de pessoas com deficiência nos órgãos da administração pública federal. O autor, depois de rediscutir o conceito de deficiência e as regras especiais para pessoas com deficiência no serviço público, apresenta os principais dados oficiais sobre esse grupo no âmbito federal. Essas informações sobre os servidores públicos permitem interpretar a deficiência tendo por base um complexo quadro de determinantes socioeconômicos que dão origem a suas dificuldades cotidianas de vida e trabalho.</p>	<p>Clique aqui</p>
<p>Julho 2023</p>	<p>Trabalhadores em contrato intermitente no Brasil: evolução, cenários e perfil dos contratados pós-reforma trabalhista de 2017</p>	<p>Clique aqui</p>

	<p>O estudo analisa estatísticas descritivas e se utiliza da regressão logística binomial para efetuar projeções para a avaliação de possíveis efeitos de uma possível multiplicação desse tipo de contrato. A conclusão é que a intermitência ainda tem participação modesta na conformação do estoque de emprego formal brasileiro, mas é possível observar uma tendência de crescimento nas admissões dentro das movimentações anuais líquidas. Essa tendência pode levar a mudanças significativas na estrutura setorial do emprego, com reforço de estigmas excludentes, redução da massa salarial e elevação da desigualdade de rendimentos. Em especial, os mais jovens, sem ensino superior e não brancos entre os mais prováveis alvos desse tipo de contratação. O trabalho foi apresentado como subsídio ao Ministério do Trabalho e Emprego.</p>	
<p>Julho 2023</p>	<p>Visão Geral da Conjuntura Carta de Conjuntura (Visão Geral da Conjuntura) - a publicação, de periodicidade trimestral, aponta perspectivas da atividade econômica no Brasil (projeções sobre o PIB) e no mundo, análise e projeções de inflação, produção agropecuária, comércio, crédito, finanças públicas, inadimplência, indústria, mercado de trabalho, política fiscal, população ocupada serviços, setor externo e taxas de desocupação.</p>	<p>clique aqui</p>

Fonte: IPEA/MPO